

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2
MAR

NÚMERO 2, 2016
3.^a SÉRIE

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

GESTÃO E GOVERNAÇÃO
DO OCEANO E DO “MAR
PORTUGUÊS”, ESSE “NOVO”
PATRIMÓNIO A HAVER...

*Management and Governance
of the ocean and the “Portuguese Sea”,
the so-called “new” heritage to be...*

ENTREVISTA COM MÁRIO RUIVO

cointersec.presid@fct.pt

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

ANTÓNIO CAMPAR DE ALMEIDA

campar@ci.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em dezembro de 2015

Biblos. Número 2, 2016 • 3.^a Série

pp. 185-197

O Professor Mário Ruivo é licenciado em Biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1950) e especializou-se em Oceanografia Biológica e Gestão dos Recursos Vivos Marinhos na Universidade de Paris – Sorbonne (1951-54). Doutor Honoris Causa pela Universidade dos Açores. Desde cedo dedicou especial atenção à investigação do Mar e à sua aplicação, tendo sido reconhecidos internacionalmente os seus méritos nesta área do conhecimento e convidado a integrar diversos cargos dentro do sistema das Nações Unidas, entre os quais Diretor da Divisão dos Recursos Aquáticos e Ambiente da FAO (1961-74) e Secretário da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da UNESCO (1980-88). Internamente tem desempenhado diversos cargos de direcção, entre outros como Diretor-geral da Investigação e da Protecção dos Recursos do Meio Aquático, Coordenador da Equipa de Missão para o Programa Dinamizador em Ciências e Tecnologia do Mar (PDCTM), Conselheiro Científico da EXPO'98.

Para além da sua militância cívica na luta pela democracia e liberdade, de regresso a Portugal, em 1974, foi Secretário de Estado das Pescas e Ministro dos Negócios Estrangeiros (IV e V Governos Provisórios, 1974-1975).

Como docente foi Professor Catedrático Convidado na Universidade do Porto/ICBAS, onde lecionou o Curso de Política e Gestão do Oceano.

Da sua longa experiência e conhecimento sobre os assuntos do mar resultaram numerosas publicações científicas no campo da oceanografia biológica e gestão da pesca, assim como estudos, ensaios e artigos sobre política e gestão do oceano, ciência, sociedade e ética, aspetos institucionais da cooperação internacional em assuntos do mar e ambiente.

Biblos: Começando por agradecer a sua amabilidade em conceder esta entrevista para a revista *Biblos*, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, queria salientar que para nós é uma grande honra poder ouvir a opinião de um dos maiores especialistas portugueses sobre os assuntos do mar, precisamente o tema a que é dedicado este número da revista.

Os aspetos que pensei poderem ser importantes para os leitores da nossa revista têm a ver com as possíveis alterações, em termos de recursos biológicos, e pesqueiros em particular, na sequência das mudanças climáticas previstas,

assim como as consequências para Portugal do alargamento da Plataforma Continental. Para já, e aproveitando a sua larga experiência como participante em organismos de investigação e gestão do mar, podia começar por abordar, talvez, esse tema mais genérico da gestão internacional dos mares e oceanos.

Mário Ruivo: Estando a geografia do Mar em fase ativa nas últimas décadas, enriquecida por uma visão ecossistémica, começaria, antes de me referir aos recursos, por pôr em evidência dois aspectos que me parecem relevantes. Recorde-se que a geografia do Mar foi marcada pela profunda visão tradicional centrada sobre os continentes e as interfaces costeiras, particularmente atenta aos requisitos da navegação, pesca e atividades litorais, a par da aquisição de dados e informações relevantes para a cartografia, enriquecida pelos inventários da flora e fauna marítimas e, de certo modo, por uma reflexão sobre os processos interactivos do litoral com as zonas costeiras.

O bicho homem, a nossa espécie, há uns milhares de anos, ficou bloqueado quando se confrontou com a fronteira constituída pelo Mar, continuando a explorar as praias e o que delas podia beneficiar. Lá foi aprendendo a lidar com este meio aquático, tão fora do habitual, carregado de mistério. A nossa cultura continua, porém, a ser a de um bicho terrestre que durante milénios tem explorado o Mar baseando-se na experiência terrestre. Esta perspectiva dominante marcou, até há poucas décadas, a visão contemporânea, podendo dizer-se que ainda só uma escassa minoria tem perceção da natureza e usos do Oceano, espaço dinâmico e interativo, inspirador do regime do direito do Mar em vigor. Esta visão é muito recente. Se se olhar historicamente para as cartas marítimas, torna-se evidente a preocupação e esforço, ao longo dos tempos, para sistematizar, classificar, ordenar e dar expressão às grandes bacias oceânicas (o Oceano Atlântico, o Oceano Índico, o Oceano Pacífico), em grande parte derivada da contribuição de Portugal na exploração do Mar Oceano e o desempenho levado a cabo nas descobertas.

A visão de um Oceano dinâmico e interativo afirma-se no preâmbulo seminal da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), aprovada em 1982, tendo entrado em vigor em 1994, reconhecendo que este espaço – 2/3 da superfície do planeta – deve ser tratado como um todo, incorporando os

impactos de origem antropogénica nesta fase do Antropoceno. Acho curioso que nós, os portugueses, tenhamos usado durante muito tempo o conceito abrangente de Mar-Oceano, no fundo, o reconhecimento da dimensão dum espaço marítimo desconhecido que ficava para além dos mares que iam sendo progressivamente “descobertos” pelas navegações exploratórias.

Vale a pena referir que, para além das disposições da CNUDM, de carácter prospetivo avançado para a época, fruto do progresso do conhecimento científico e da cooperação internacional, sobretudo no âmbito do sistema das Nações Unidas, abriu-se caminho a uma abordagem ecológica e ambiental, que não tinha podido afirmar-se, em parte devido à inércia das instituições, ou seja, do sistema de governação dos espaços marítimos. Este processo foi condicionado pelas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972) e sobre Ambiente e Desenvolvimento (1992) nas quais se conceptualizou o desenvolvimento sustentável orientado pelas dimensões económica, social, ambiental e, mais recentemente, institucional; processo ultimamente modelado pelas Conferências do Rio de Janeiro (1992), Rio+10 e Rio+20, e por um conjunto de instrumentos internacionais conexos, como a Convenção-Quadro para o Combate às Alterações Climáticas, a Convenção sobre Diversidade Biológica, entre outras.

No que toca às Alterações Climáticas, o bicho homem confrontou-se com um processo que lhe tem escapado institucionalmente, embora há muito que o tenha desencadeado. Refiro-me, pela sua atualidade, à introdução na atmosfera de gases geradores de efeito de estufa e às alterações climáticas, o que se reconhece, agora, requerer a urgente adopção de um instrumento transversal de gestão compulsiva. Grande esperança está depositada na próxima Conferência das Partes (COP21), em Paris, em Dezembro deste ano [2015], convocada pelo governo francês, que pretende dar resposta à integração equilibrada das actividades de origem antropogénica. Tal objectivo requer uma abordagem internacional solidamente assente em políticas democráticas, no respeito dos valores humanos e numa cidadania informada.

Se analisarmos a nossa experiência nacional é evidente a paradoxal situação de, todos os anos, perdermos metros da orla costeira e, simultaneamente, aumentarmos, com base no conhecimento e dados científicos, a extensão da vasta

Plataforma Continental. Com imaginação, um português poderia ir a pé a partir do continente, passeando pelos fundos marinhos sob soberania nacional, até aos Açores, e se tivesse genica continuaria a andar chegando à Madeira, podendo alcançar, um pouco mais adiante, as Selvagens.

Biblos: Já que esteve a falar nos problemas climáticos, nas alterações climáticas, alguns cientistas dizem que, mesmo que parássemos agora com a grande emissão de dióxido de carbono para a atmosfera, pretensamente o grande causador das alterações, que seriam necessários muitos anos até haver reposição das condições, não direi pré-revolução industrial mas pelo menos do início do séc. XX. Quer isso dizer que não será muito animador para quem pretende, com todos esses encontros internacionais, parar ou pelo menos mitigar as causas das alterações climáticas?

Mário Ruivo: Tenho vindo a acompanhar este processo, pela interface com o Oceano e impactos ambientais.

Estamos confrontados com um problema de cultura, com raízes na própria educação de base. Continuamos, frequentemente, a dizer que somos um “pequeno país” quando, com a incorporação no território nacional dos espaços marítimos, sobretudo pela extensão da Plataforma Continental, nos convertemos, neste século XXI, num vastíssimo país. Neste contexto, a governação do Oceano e da zona costeira requer a participação informada dos cidadãos, integrados em sociedades democráticas a todos os níveis dos processos de decisão.

Fala-se muito da necessidade de consolidar uma literacia do Oceano. É, sem dúvida, urgente criar uma nova mentalidade que facilite a percepção e diálogo entre partes interessadas, parlamentos, partidos políticos e os movimentos cívicos que busquem soluções de interesse mútuo. Não foi por acaso que a Expo’98 foi centrada sobre o tema “O Oceano, O Nosso Futuro”. Precedida de vários anos de preparação, durante seis meses toda a população portuguesa beneficiou de uma intensa divulgação nos meios de comunicação, o que não foi por acaso! O espírito, conteúdos temáticos e vivência da Expo’98 pretenderam ser um instrumento de consciencialização de que o regresso de Portugal ao Mar era uma ambição realizável.

Recorde-se que foi possível fazer aprovar, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, 1998 como o Ano Internacional dos Oceanos, abrindo um debate à escala mundial. Agora teremos que ser capazes de assegurar continuidade a este processo, desenvolvendo estratégias mobilizadoras e alocando os meios necessários.

Biblos: Ia precisamente perguntar isso.

Mário Ruivo: Quando ainda era professor no ICBAS, na Universidade do Porto, onde leccionei Política e Gestão do Mar, fui convidado a participar num debate da Academia de Ciências da Galiza, sobre o tema “O que é isso de recurso marinho?” E, recurso marinho, é qualquer substância, qualquer matéria, qualquer propriedade que, graças ao conhecimento, pode ser transformado numa “coisa” útil; reconhecendo que um recurso que é abundante ou banal poderá tornar-se raro. Referindo-me aos recursos haliêuticos, eu próprio comecei por me dedicar ao estudo dos *stocks* de sardinha e de outras espécies de interesse económico como o bacalhau, cuja deficiente gestão conduziu a situações de sobrepesca em várias regiões.

Biblos: E quanto às implicações das alterações climáticas?

Mário Ruivo: Certamente, com todas as suas implicações na degradação da qualidade do meio marinho ... Com o passar dos tempos, os “recursos” estão sujeitos à evolução dos processos naturais em articulação com os de origem antropogénica. Poderíamos referir outros temas mediáticos, como os recursos que começam a dar aparentes sintomas de utilização excessiva, de que são exemplo os hidrocarbonetos extraídos dos espaços marítimos. Hoje em dia perspectiva-se a extracção de placas minerais ou dos nódulos de manganésio, para além da possível extracção de terras raras de difícil acesso e já escassas nos continentes, indispensáveis para as tecnologias electrónicas de ponta. Também no respeitante ao património genético da biodiversidade marinha, entrou-se numa fase ativa de bioprospeção com vista ao desenvolvimento de produtos farmacêuticos, químicos, de grande potencial.

Entrámos numa fase do relacionamento entre as sociedades humanas e o Oceano que exige uma governação e gestão dos espaços marítimos de base científica, tendo em conta a interatividade entre os processos naturais e os de origem antropogénica, balizadas pelas fronteiras e regimes legais em vigor, fortemente influenciadas por condicionantes económicas e políticas. Entrámos numa fase de ocupação tridimensional do Oceano – de que é expoente o desafio do canadiano James Cameron, que mergulhou num equipamento altamente sofisticado até ao fundo da fossa das Marianas, quase onze mil metros de profundidade. Temos, porém, que manter presente que o bicho homem, no meio marinho, sem conhecimento científico e sem tecnologia de apoio, é cego, surdo e mudo. Torna-se, pois, imperativo assegurar um conhecimento científico atualizado, apoiado numa investigação, observação e colheita de dados que permitam alcançar os objectivos de um desenvolvimento sustentável. Esse é o grande desafio com que estamos confrontados e ao qual deve obedecer a periódica avaliação e atualização da Estratégia Nacional para o Mar, tratando o Oceano como um *common* ao serviço da comunidade.

Biblos: Agora com o alargamento da plataforma continental, imagino que já haja bastante conhecimento; fizemos estudos aprofundados sobre essa área, ou não?

Mário Ruivo: Se nos referirmos ao estado do conhecimento dos fundos marinhos à escala mundial, estamos a referir-nos a uma escassa parcela da ordem de um por cento.

Biblos: Estou a falar cá em Portugal.

Mário Ruivo: O interessante estudo coordenado pela Universidade dos Açores e publicado num bem documentado volume, *As montanhas submarinas, ecologia, pescas e conservação*, põe em evidência uma situação peculiar: há milhares de montanhas submarinas espalhadas pelo globo, das quais, só agora, se tem conhecimento graças a plataformas e equipamentos de investigação com maior capacidade tecnológica, para além dos progressos da observação espacial que permitem cartografar os fundos marinhos e mesmo estudar certos aspetos dos respectivos ecossistemas.

Recordo que tive a satisfação de ter mergulhado a 2200 metros, em 1956, quando, em cooperação com os meus colegas franceses da Universidade de Marselha e do Laboratório d’Endoume, com a colaboração da Marinha de Portugal e da Marinha Francesa, foi possível levar a cabo uma campanha do Batiscafo FNRS III, ao largo de Sesimbra. Tratou-se de uma tentativa para trazeremos os nossos fundos marinhos à atenção da opinião pública. Recorde-se que os fundos marinhos constituem o “laboratório” mais ativo do planeta, com espécies que vivem na ausência de luz, sujeitas a altíssimas pressões, espécies quimiossintéticas, ou seja, capazes de converter compostos inorgânicos em energia que lhes permite viver em locais aparentemente inóspitos. As potencialidades da Plataforma Continental requerem o prosseguimento ativo do seu conhecimento: entender, explorar e garantir a protecção ambiental. Evitar degradar tendo em conta as implicações da prospecção e da extração, avaliando os impactos ambientais e assegurando a conservação da biodiversidade e a qualidade do meio marítimo. Todos os anos, identificam-se centenas de espécies novas, basta fazer uma expedição, são aos milhares (veja-se o resultado do *Census of Marine Life* que durante 10 anos fez 540 expedições).

Para que Portugal possa beneficiar dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, em particular dos fundos marinhos, há que fazer um investimento, com forte empenho nacional, que nos permita adquirir capacidade endógena para entender, conhecer e contribuir para uma exploração responsável. Tornar-se-á necessário assegurar *joint ventures* mediante negociação com outros países, empresas, tendo em conta o interesse nacional, reconhecendo que não é um investimento com lucro imediato. De notar que Portugal se encontra inserido num triângulo de particular interesse – com o Brasil e Angola - que poderá ser mobilizador de uma estratégia de interesse mútuo no Atlântico alargada aos outros países de língua portuguesa, eventualmente no âmbito da CPLP.

Biblos: Há mecanismos institucionais de apoio a esse desiderato?

Mário Ruivo: É altura de olharmos construtiva mas criticamente para o sistema institucional, procurando avaliar a sua eficiência e tendo em conta a experiência dos dois Ministérios do Mar pioneiros (em 1983 e 1991). Pessoalmente,

entendo que haverá que revitalizar o sistema, a actual situação institucional, pois creio que, apesar das boas intenções, bloqueia o futuro. A Comissão Interministerial [Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar - CIAM] é, conceptualmente, vocacionada para a cooperação entre ministérios de tutela e partes interessadas mediante uma abordagem horizontal integrada. Para além da visibilidade mediática do Mar Português, é preciso, agora, incentivar uma abordagem mais operacional que requer uma cooperação efetiva e genuína. Defendo a reativação da CIAM como mecanismo de coordenação, apoiada na valorização das competências dos ministérios de tutela mediante a sua mobilização e apoio direto, atribuindo incentivos a sinergias de interesse mútuo e a projetos de interesse nacional, contrariando previsíveis pressões sectoriais. Nesse aspeto, começa a haver sinais de que os partidos e o governo estão mais sensíveis à problemática do Mar. Os meus amigos costumam dizer que, como “otimista do grupo”, continuo a pensar que tem valido a pena o esforço de promover “o regresso de Portugal ao Mar”. Mas não bastam palavras bonitas. Urgem iniciativas concretas, com continuidade, cabendo um papel fundamental às Universidades e respetivas unidades de investigação, bem como aos laboratórios do Estado, em articulação com o setor empresarial que, por enquanto, continua ainda muito tradicionalista.

Biblos: Por aquilo que acaba de dizer, ainda há pouco tempo o que se pretendia e pensaria fundamental era desenvolver mais estudos sobre o mar, por exemplo através dos Institutos ou das Universidades que se têm vindo a dedicar ao assunto. Não acha um pouco estranho que tenha acabado o curso de Biologia Marinha nos Açores e quase só termos um curso de Biologia Marinha no Algarve, embora haja outros para mestrados e doutoramento cá no país? Quer dizer, quando se devia fomentar e aumentar o estudo sobre o mar, começam-se a fechar cursos dedicados ao mar, não é um pouco estranho?

Mário Ruivo: Analisando o estado do conhecimento sobre os ecossistemas, nesta fase do Antropoceno, são evidentes os sinais de que estamos num daqueles períodos quase “tectónicos” do relacionamento das sociedades humanas com o Planeta e de busca de uma governação responsável dos *commons*. É reconhecido que temos

de abordar as ciências do mar numa visão pluridisciplinar sustentada por uma oceanografia operacional. Simultaneamente, em contraste com os requisitos do conhecimento para a realização de um desenvolvimento sustentável do Mar Português, deparamo-nos com um panorama preocupante. Basta olhar para os jornais e estar atento às declarações do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas – CRUP. Constata-se um acentuado envelhecimento dos quadros docentes por limitações no recrutamento e a degradação do financiamento a projectos de investigação. Respeitante do tema que estamos a comentar, a questão que se põe neste momento é se, efectivamente, Portugal pretende assumir o regresso ao Mar como património comum para o seu desenvolvimento sustentável. O exemplo da Noruega é particularmente relevante: quando tiveram consciência que o Mar do Norte era rico em petróleo e gás, investiram durante duas/três décadas e hoje são uma potência marítima dotada de poder económico e cultural virado para o futuro. De notar que a União Europeia, por iniciativa à qual Portugal esteve ativamente associado, acabou por assumir que o Mar justificava uma política integrada europeia. Toda a gente reconhece ser prioritário criar emprego promovendo iniciativas geradoras de riqueza, criando condições para se evitar a dolorosa emigração de recursos humanos especializados formados em Portugal. Há vozes em todos os grupos ideológicos, que reconhecem o valor de uma estratégia coerente e consensual, como foi a Expo’98, que estimulou a atenção dedicada aos assuntos do Mar. Temos de inserir na governação as condições para que o Mar Português deixe de ser um “eterno” potencial que nos deixa extasiados, para ser convertido num efectivo potencial de desenvolvimento sustentável.

Biblos: Já agora e só para acabar, em termos de recursos, claro que nós não vamos fazer aquilo, que por exemplo, fez a Islândia, em situação de crise vamos mas é virar-nos para o recurso que temos que é o mar e portanto deixemo-nos de outras veleidades. Em Portugal felizmente não temos só o mar, mas por aquilo que se ouve falar ultimamente, começa a haver alguma escassez de certas espécies, daquelas que têm sido tradicionalmente mais pescadas, falando no aspeto alimentar já que somos dependentes, somos importadores de parte do nosso alimento, sabe-se alguma coisa em concreto sobre o futuro das espécies de pesca cá em Portugal e da nossa potencialidade?

Mário Ruivo: No fundo temos de refletir sobre o processo e causas da atual situação das pescas. O problema da gestão deste setor situa-se num horizonte temporal vastíssimo. Até há um século considerava-se que o Mar era inesgotável, pensava-se que os recursos do mar não tinham limites em relação à capacidade de exploração. As estatísticas da FAO, porém, já referiam que, nas últimas décadas, 70% dos grandes *stocks* pesqueiros à escala mundial se encontravam em estado de sobrepesca. Mas tem-se informação e dados estatísticos que os *stocks* pesqueiros têm a sua dinâmica própria, no contexto dos ecossistemas e interações ambientais com actividades de natureza antropogénica. Portugal possui uma costa com *canyons* (canhões) submarinos, que potenciam fenómenos de afloramento, também conhecidos como *upwelling*, isto é, massas de águas profundas trazidas à superfície, ricas em nutrientes, que condicionam a produtividade, a abundância e distribuição de fitoplâncton e do zooplâncton, modulando as cadeias alimentares, nas quais, no topo, para além dos grandes predadores (atuns, espadarte), tem-se vindo a afirmar um predador terrífico, o bicho homem. A regulamentação da pesca tem sido objetivo de numerosos instrumentos reguladores, à escala nacional e regional, nomeadamente no âmbito das organizações regionais de pesca da FAO. Atualmente está instalada a ideia de que a aquacultura poderá vir a responder aos problemas de alimentação do futuro – de certo modo estamos na expectativa de entrar, à escala mundial, no Neolítico do Mar, quer dizer, cultivar os recursos pesqueiros com tudo o que isso significa de potenciais impactos ambientais.

Não só para as pescas, mas como para os outros domínios dos assuntos do mar, a capacidade nacional académica, de investigação, e dos laboratórios de Estado (o IPIMAR, a cuja criação estive associado, agora IPMA), requer avaliação que permita ajustá-la aos novos requisitos, reforçando essa capacidade nacional e a cooperação com o Instituto Hidrográfico, o LNEC e outras instituições qualificadas.

De notar que Portugal dispõe de dois navios oceanográficos na Marinha, a par de outros meios, que têm contribuído para a aquisição de dados, colheitas e estudo dos fundos marinhos e para o alargamento da Plataforma Continental. Merece ser recordado, também, o navio de investigação “Arquipélago”, do Departamento de Oceanografia e Pescas, da Universidade dos Açores, com

base na cidade da Horta no Faial. Quando procedemos a inventariação das infraestruturas, dos meios e financiamentos atribuídos para projectos de investigação no Mar, constatamos progressos, o mesmo se passando na formação de recursos humanos qualificados. Impõe-se continuar a consolidar este processo, o que nos permitirá melhor responder aos requisitos e compromissos assumidos ao serviço do interesse nacional.

Para terminar, penso que o Oceano e a consciência das consequências das alterações climáticas e do acordo climático que será adoptado em Paris, requerem intenso acompanhamento, esperando que as negociações da COP21 convirjam num instrumento vinculativo, com consenso global, de vital importância para o futuro da humanidade. Estamos inseridos neste processo de governação no qual cabe um papel determinante à comunidade científica e técnica, que, paralelamente com a investigação e com a docência, tem a função de contribuir para a divulgação dos conhecimentos e para a análise dos problemas. Em última análise, significa que cabe ao Estado, à administração pública, adotar mecanismos institucionais em que a comunidade científica não seja um ator meramente simbólico, mas seja efetivamente reconhecida como parceiro social, num mundo cujo progresso material, social, cultural e ambiental está dependente do conhecimento científico, da sua aplicação respeitosa e responsável e dos processos naturais no âmbito dos quais as sociedades humanas buscam formas de sobrevivência compatíveis com a capacidade ecológica no Planeta, evitando ou atenuando conflitos, mitigando, adaptando. Neste contexto, os contributos dos “velhos da tribo” já não chegam!

Biblos: Professor, muito obrigado.

(entrevista conduzida e editada por António Campar)